



ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

C.N.P.J. 46.570.800/0001-49

SEDE: ALAMEDA MADEIRA, 162 - CONJUNTO 1103/1104 - BARUERI - SP

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (EM R\$ MIL)

Ouvidoria: 0800-7220140

Composto por:	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Variação Monetária de Tributos a Compensar e Depósitos Judiciais	1.329	2.958	2.529	
Reversão Provisão para Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	-	-	(***)1.929	
Recuperação de Encargos e Despesas	12	26	29	
Reversão de Provisões Operacionais	1.227	1.227	67	
Outras	-	-	191	
Total	2.568	4.211	4.745	

(***) Conforme nota explicativa nº 11

Composto por:	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Provisão para Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis (nota 11)	(2.496)	(3.667)	(2.099)	
Item Objeto de Hedge	-	-	(614)	
Despesas decorrentes de Créditos Inadimplentes	(121)	(227)	(223)	
Despesa de Intermediação, Comissão e Equalização de Contrato	(31)	(55)	(51)	
Despesas com I.P.V.A	(263)	(430)	(2.128)	
Despesas com Serviços de terceiros	-	(186)	-	
Outras	(804)	(813)	(162)	
Total	(3.715)	(5.378)	(5.277)	

f) Resultado não Operacional: representado basicamente por prejuízo na alienação de bens não de uso. **g) Contratação de seguros:** O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado Financeiro Alfa tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que im-

pactem, significativamente, seu patrimônio. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R\$ 74.502 (31/12/2015 R\$ 75.168) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2015 R\$ 1.200) e R\$ 2.200 (31/12/2015 R\$ 2.550), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa. **h)** O resumo do relatório elaborado pelo Comitê de Auditoria, instituído pelo Conglomerado Financeiro Alfa (comitê único) por intermédio da instituição líder (Banco Alfa de Investimento S.A.), está sendo publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Alfa de Investimento S.A. **i) Índice de Capital:** As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Conglomerado Financeiro Alfa, em 31 de dezembro de 2016, atingiu índice de capital de 24,83% (31/12/2015 23,48%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2016, que equivale a 10,5% (PR 9,875% + ACP 0,625%). Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Alavancagem

do conglomerado prudencial Alfa é de 16,12% (31/12/2015 15,27%). Ajuste Prudencial: Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial. A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização. **j)** A Medida Provisória nº 675 de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

(16) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
No início do Período	1.015.063	1.029.455	679.234	
Disponibilidade	3.126	2.969	2.583	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.011.937	1.026.486	676.651	
No final do Período	1.174.043	1.174.043	1.029.455	
Disponibilidade	3.565	3.565	2.969	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.170.478	1.170.478	1.026.486	
Aumento de caixa e equivalente de caixa	158.980	144.588	350.221	

(1) Refere-se às operações cujo vencimento na data da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

DIRETORIA

Rubens Bution - Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto - Diretor

Rubem Clóvis Rocha Cecchini - Diretor

CONTADORA

Eliane Carolina Quaglio Arjonas - CRC 1SP 232.846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Barueri - SP
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto em relação a não reclassificação de saldos, conforme descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionada na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 5. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e exercício do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão

de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e

mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 09 de março de 2017

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0



Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

IMAGENS ILUSTRATIVAS

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO